

Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil Meridional*

Ralfo Matos^S
Carlos Lobo⁻
João Stefani[©]
Fernando Braga^a

Palavras-chave: região; territorialidades; migração; rede urbana.

Resumo

Esse trabalho estuda parte das conexões existentes entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, investigando os estoques e os fluxos de população regionais, bem como a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho do Centro-Sul brasileiro. A formação do Mercosul não inaugura o processo de integração entre esses países, mas coopera para aprofundar e intensificar os laços já estabelecidos anteriormente entre as populações regionais e as atividades econômicas, que se iniciaram desde a colonização da Região Platina. O aumento das conexões envolvendo recursos humanos e materiais, com destaque para a presença de imigrantes internacionais atraídos por novas oportunidades resultantes do aumento das relações econômicas, pode estar se tornando um importante fator de desenvolvimento, na medida em que se ampliam os mercados de consumo, trabalho e as atividades produtivas. Nesse sentido, é dado destaque às conexões geográficas mais importantes entre as redes rodoviárias e hidroviárias que ligam os centros urbanos mais expressivos dos quatro países. As localidades urbanas centrais do Brasil são apresentadas, demarcando o dinamismo das interconexões dentro do território e com os parceiros do Mercosul, que tem como um dos componentes fundamentais os movimentos migratórios. Os fluxos populacionais provenientes de Argentina, Paraguai e Uruguai são analisados tendo em conta às localidades no Brasil que são destino preferencial, tanto das populações naturais como dos brasileiros retornados, e suas formas de inserção no mercado de trabalho dentro e fora das áreas urbanas de maior expressão no Centro-Sul brasileiro.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú –MG – Brasil, de 18-20 de Setembro de 2004.

* Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em Demografia pelo CEDEPLAR.

♦ Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), mestre em Geografia, IGC/UFMG.

▼ UNI-BH.

▲ Geógrafo, bolsista CNPq, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG.

Conexões geográficas e movimentos migratórios internacionais no Brasil Meridional*

Ralfo Matos^S
Carlos Lobo⁻
João Stefani[©]
Fernando Braga^a

Introdução

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai têm uma história comum que data do início do período colonial, quando as frentes de exploração e ocupação penetravam a Bacia Platina. Trata-se de uma região em que o quadro natural sempre foi reconhecido como de valor estratégico em termos econômicos e geopolíticos, pivô de disputas entre as coroas espanhola e portuguesa pelo domínio das rotas comerciais nos séculos XVI e XVII¹. Desde essa época, dois fatores naturais notáveis caracterizam a região: i) a terra fértil, plana, com abundante pasto, além dos açudes que favorecem a multiplicação dos rebanhos, e ii) O papel centralizador e articulador do rio da Prata (que permitia as conexões entre o Atlântico e as zonas de mineração de prata em Potosi) com o restante da América.

No Brasil, grande parte dessa região era considerada como “terras de ninguém” desarticuladas dos processos de ocupação que ocorriam no continente, o que, de fato, não correspondia à realidade, já que “desde o século XVII, homens cruzavam os campos a galope, caçavam gado bravio ou ali se fixavam permanente ou sazonalmente”. Provavelmente, ‘terra de ninguém’ fosse “um recurso ideológico utilizado pelos historiadores rio-grandenses para legitimar o interesse português por um território que, segundo o Tratado de Tordesilhas, era possessão da Coroa Espanhola”.(REICHEL e GUTFREIND, 1996:18)².

No século XVII, o processo de ocupação da região pelos espanhóis, utilizou-se das missões jesuítas, enquanto os portugueses valiam-se dos bandeirantes paulistas no apresamento de índios e na busca de metais preciosos. Durante algum tempo, a ocupação se fez sem conflitos, mas com o fim da União Ibérica, em 1640, reacenderam-se as disputas territoriais.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú –MG – Brasil, de 18-20 de Setembro de 2004.

* Professor do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em Demografia pelo CEDEPLAR.

♦ Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), mestre em Geografia, IGC/UFMG.

▼ UNI-BH.

▲ Geógrafo, bolsista CNPq, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC/UFMG.

¹ A região platina colonial compreendia, aproximadamente, a área que se estendia desde o rio Salado, ao sul de Buenos Aires, delimitando-se a noroeste pelas áreas ao norte do rio Negro (Uruguai) até o rio Jacuí (RS). (REICHEL e GUTFREIND, 1996)

² A historiografia da Argentina e do Uruguai, plasmada pelas manifestações de nacionalismo, unificação territorial, identidade e progresso, heroísmo do colonizador branco e segregação do elemento nativo, também acabou por ignorar as fortes relações que existiam entre os países.

Em 1676 os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento, o que motivou a invasão espanhola da margem esquerda do Rio da Prata. As disputas em torno de Sacramento, acabaram contribuindo para a efetiva ocupação da região platina por portugueses e espanhóis. Paralelamente, aumentava a importância geopolítica de Buenos Aires nos séculos XVII, XVIII e XIX, valendo-se das articulações com localidades mineradoras³ e se constituindo em região próspera na agricultura e principalmente na pecuária.

A integração regional avançava através do comércio entre as cidades que ligavam Buenos Aires ao Alto Peru, Lima e região de Cuyo - onde sobressaíam as cidades de San Juan, Mendoza e San Luiz - e pela província do Paraguai e parte do atual Rio Grande do Sul (que produzia erva-mate e tabaco, amplamente consumidos na região).

Quando os movimentos de independência eclodiram na América do Sul as questões territoriais na região do Prata tornaram-se tensas. Em 1816 o Brasil invadiu o Uruguai anexando-o ao Império, o que fez surgir inúmeros conflitos com os interesses argentinos. A solução foi a formalização de uma espécie de estado “tampão”, o Uruguai, fruto também de interesses ingleses em impedir o monopólio do Brasil ou da Argentina na navegação dos rios da província cisplatina (ANDRADE, 1989)⁴.

Não obstante os períodos de guerra e paz, cooperação e rivalidades, a experiência tem demonstrado que são consistentes as ações que impulsionam a formação de pactos econômicos e governamentais dirigidos à integração da região, pelo menos desde a primeira metade do século XX. As primeiras tentativas de união aduaneira bilateral entre Brasil e Argentina datam do início da década de 1940. O esforço previa a participação de outros países, entretanto o projeto não foi levado adiante em função de conjunturas políticas adversas, baixa industrialização e diferenças comerciais entre os parceiros externos. Durante os anos de 1950 o governo peronista renovou sua intenção em aumentar as articulações com o Brasil, tentativa também frustrada diante das orientações políticas e diplomáticas desses países no contexto mundial da Guerra Fria. Finalmente, em 1960, com o tratado de Montevideu, formava-se uma zona de livre comércio, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc).

Nos vinte anos subsequentes tais iniciativas experimentaram avanços e recuos, de acordo com as restrições políticas impostas por períodos de governos militares ou pela concorrência com outros projetos mais amplos, como o Pacto Andino (1969). De outra parte, no âmbito da Alalc, as transações comerciais mais importantes davam-se entre Brasil e Argentina, apesar de objetivos conflitantes impedirem maiores aproximações, especialmente no que se refere ao uso dos recursos hídricos da bacia platina. Em 1980, graças aos movimentos de redemocratização e dos novos interesses econômicos vigentes, um segundo tratado de Montevideu substituiu a Alalc pela ALADI, e os anos seguintes favoreceram movimentos a favor da integração econômica. O aumento das articulações a partir de

³ “Durante o século XVIII, a Região Platina integrou um mercado interno que dinamizou a economia colonial na América do Sul até quase o seu final. Ao lado da presença do centro minerador de Potosi e das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, um importante sistema fluvial facilitou a interiorização das atividades comerciais num território bastante amplo e que apresentava uma produção diversificada. Os rios Paraná, Paraguai e Uruguai possibilitaram o intercambio comercial entre as diversas economias regionais que se constituíram no interior da América Meridional...” (REICHEL e GUTFREIND, 1996:90).

⁴ Enquanto isso, o Paraguai independente introduzia uma forma de desenvolvimento que privilegiava o mercado interno e aprofundava o estilo de ocupação auto-suficiente baseada na pecuária extensiva, agricultura e projetos de industrialização. O governo de Francisco Solano López ao empreender campanhas militares de anexação territorial, motivou a convergência dos interesses de Brasil, Argentina e Inglaterra, o que resultou a trágica guerra de 1864 a 1870. Com a vitória da Tríplice Aliança, ampliaram-se os territórios de Brasil e Argentina em toda a região do Prata e tornou-se livre navegação pelo rio Paraguai.

liberalizações do comércio e políticas setoriais obedecia a uma lógica industrial de fortalecimento da base econômica sub-regional. Assim era lançado o conceito de Mercosul (ALMEIDA, 2002).

As mudanças derivadas da expansão dos fluxos econômicos na era da “Globalização” motivaram o aprofundamento dos blocos econômicos em todo o Mundo e aceleraram as práticas livre cambistas assumidas por Brasil e Argentina nos governos Carlos Menem e Fernando Collor. A expansão dos mercados por meio da queda de barreiras alfandegárias tornou possível novas rodadas de negociação, com a inclusão do Paraguai mediante a assinatura do Tratado de Assunção em 1991. A integração regional e o Mercosul ganhavam um novo ímpeto.

Mesmo com as dificuldades práticas e jurídicas, entraves na pauta de bens não tarifados e eventuais desequilíbrios nas trocas comerciais, tudo indica que a integração da região é um caminho sem volta. Efeitos sociais e econômicos de importância participam da reestruturação das relações entre os países, mesmo que tais efeitos não atinjam a totalidade dos territórios.

Chegou-se a estimar que o Mercosul atingiria um mercado de 190 milhões de pessoas e um PIB agregado de 620 bilhões de dólares. Criticando esse otimismo, ARROYO (1996) afirma que os negócios do Mercosul se restringiriam às áreas delimitadas por Belo Horizonte, Assunção, Córdoba, Mendoza, Neuquém e Bahia Blanca, o que corresponderia a somente 100 milhões de pessoas e um PIB de 460 bilhões de dólares. Mesmo admitindo a veracidade destes números, não se pode ignorar o fato de que o Mercosul tem ainda um alto potencial de integração, pois já alcançou negócios que representaram 74% do PIB agregado dos quatro países e cerca de 53% de suas populações.

Os reflexos sobre a produção do espaço, resultantes da expansão das atividades comerciais, parecem indicar níveis de seletividade econômico-espaciais, ao gerar concentração em áreas fronteiriças, crescentemente bem equipadas e estruturadas economicamente:

“As ações hegemônicas beneficiam-se das relações de contigüidade entre os países, justamente onde o grau de racionalização da organização espacial pretérita permite um melhor aproveitamento da produtividade espacial, como o sul e o sudeste do Brasil. Por isso mesmo são nestas frações tecnicizadas do território que estão ocorrendo cumulativamente os grandes investimentos em infra-estrutura; onde já havia objetos técnicos, implantam-se os objetos técnico-informacionais que irão operar em forma de sofisticados sistemas unificados, alterando toda a antiga estrutura espacial” (BERNARDES, 1997:154).

Os movimentos econômicos no Mercosul têm permitido a formação de nichos espaciais altamente concentrados em termos de fluxos de capital e informação, prefigurando localizações com vantagens comparativas capazes de atrair investimentos e redinamizar mercados sub-regionais, o que torna o bloco econômico mais competitivo globalmente⁵. Empresas e governos têm procurado instalar novas infra-estruturas por toda a região, imprimindo maior funcionalidade às diversas organizações espaciais já existentes. Tais ações compreendem investimentos no sistema de telecomunicações, transporte, energia, ensino e serviços no alto terciário. Por esse conjunto de transformações econômicas e espaciais, cidades e metrópoles assumem novos papéis como centros de decisão e nódulos estratégicos na rede de comércio, circulação e informações em vastas extensões das áreas meridionais do

⁵ Além disso, a experiência do Mercosul tem sido uma oportunidade para que empresas nacionais se tornem transnacionais, uma vez que o porte dos investimentos, a logística e as transações comerciais favorecem a fusões, parcerias e instalação de grandes corporações.

Cone Sul. Metr6poles como S3o Paulo e Buenos Aires s3o compelidas a se modernizarem, a fim de atenderem 3s exig4ncias dos mercados globalizados, assumindo, inclusive, caracter3sticas de cidades mundiais.

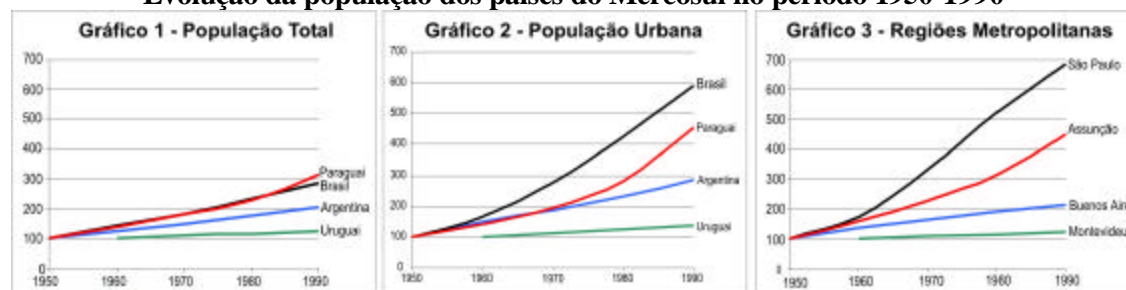
1) URBANIZAÇ3O, CONEX3ES DE INTEGRAÇ3O GEOGR3FICA, REDE DE CIDADES E POPULAÇ3O.

O processo de urbanizaç3o no Brasil e nos demais pa3ses do Mercosul na segunda metade do s3culo XX foi um dos mais intensos do mundo, por uma s3rie de raz3es bem conhecidas, tais como: desestabilizaç3o de economias agr3rias e piora no n3vel de subsist4ncia de populaç3es em r3pido crescimento; avanço da industrializaç3o e da modernizaç3o nos marcos do avanço do capitalismo ocidental; oferta de bens e serviç3os vitais na 3rea de sa3de, saneamento, habitaç3o e educaç3o; e aumento real e virtual de oportunidades de emprego e renda nas cidades em expans3o.

Desde a primeira metade do s3culo, como forma de fugir 3s diversas restriç3es que tipificavam o meio rural da regi3o, milhares de indiv3duos e fam3lias formavam grandes correntes migrat3rias que procuravam se fixar em cidades mais din3micas, tais como S3o Paulo, Buenos Aires e Assunç3o, n3o obstante as temporalidades e o ritmo de urbanizaç3o relativamente distinto de cada um dos pa3ses da regi3o.

Os gr3ficos abaixo n3o deixam d3vidas ao apontar a intensidade da expans3o demogr3fica na segunda metade do s3culo XX, particularmente no Brasil e Paraguai. Argentina e Uruguai j3 haviam experimentado, desde fins do s3culo XIX, crescimento not3vel de suas populaç3es e intensa urbanizaç3o nas 3reas de Buenos Aires e Montevideo, vencendo algumas das etapas da transiç3o demogr3fica antes dos demais.

Evoluç3o da populaç3o dos pa3ses do Mercosul no per3odo 1950-1990



Fonte: Anu3rio Estat3stico da Cepal, 2003.

De toda a forma, o crescimento das cidades e a metropolizaç3o foram ingredientes chaves no processo de urbanizaç3o das 3reas meridionais da Am3rica do Sul nas 3ltimas seis d3cadas. A populaç3o urbana, em menos de 50 anos, multiplicou-se por 6,0 no Brasil, por 4,5 no Paraguai e por 2,0 na Argentina. A regi3o metropolitana de S3o Paulo, que possu3a uma populaç3o 2.334.038 habitantes em 1950, chegou a 15.971.292 em 1996; a de Assunç3o evoluiu de 260.909 habitantes em 1950 para 1.177.215 em 1992; enquanto Buenos Aires com seus impressionantes 7.254.917 habitantes em 1947 chegou a 15.560.377 em 1991⁶.

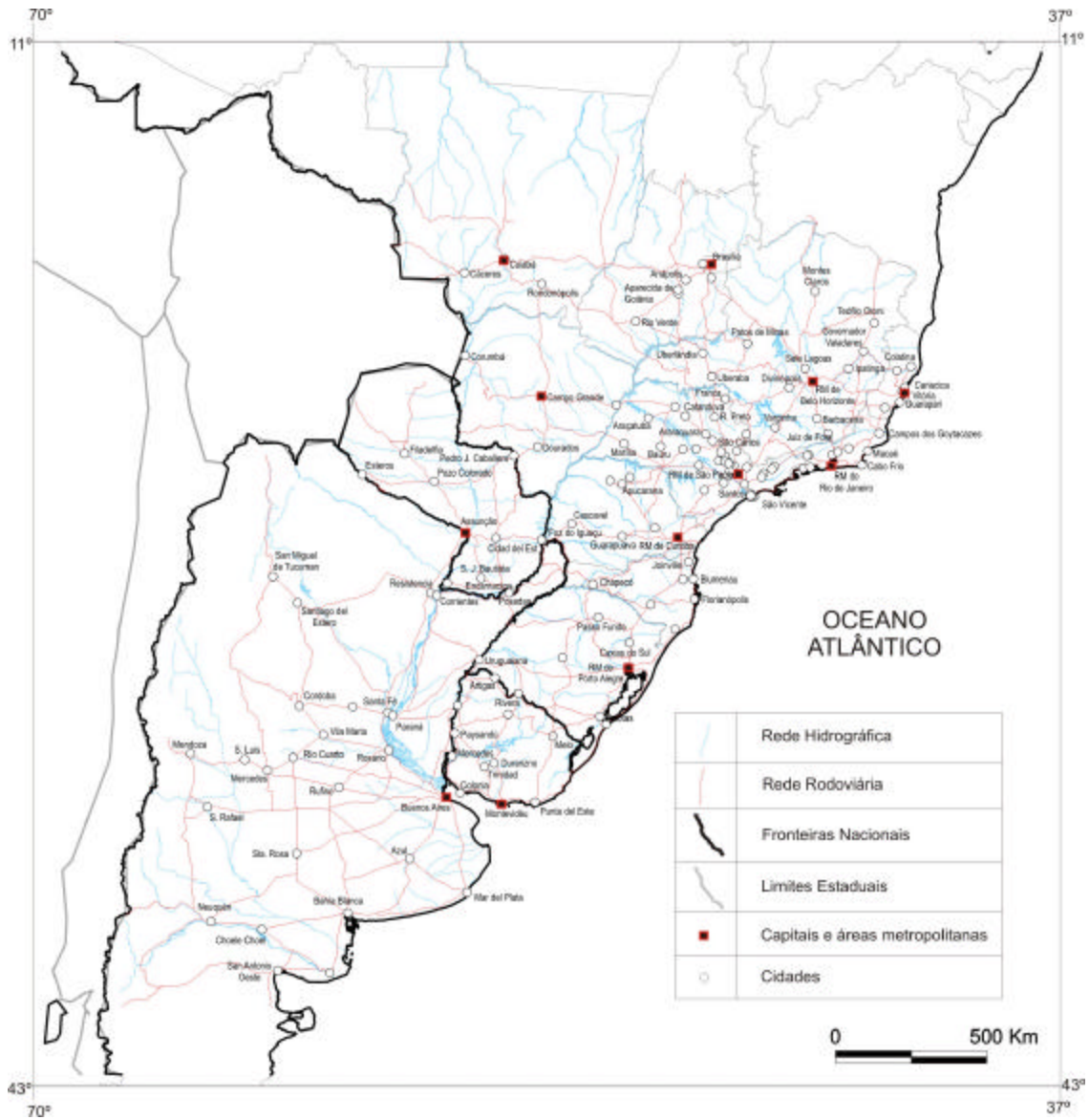
O Brasil viveu, de fato, um processo de urbanizaç3o muito din3mico nos estados de S3o Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paran3 e Rio Grande do Sul, onde o transporte rodo-ferrovi3rio favoreceu a formaç3o e desenvolvimento de um sistema urbano interligado e

⁶ Os dados da CEPAL indicam que no Uruguai o crescimento demogr3fico e a urbanizaç3o foram pouco expressivos no per3odo. A regi3o metropolitana de Montevideo, por exemplo, em 1960 acumulava uma populaç3o da ordem de 1.309.922 habitantes. Trinta anos mais tarde esse n3mero chegou a 1.591.405 pessoas.

integrado, espalhando-se pelo Centro-Oeste a partir de 1960, com a fundação de Brasília, os investimentos de expansão das fronteiras agrícolas, interiorização da ocupação territorial e da industrialização e os períodos de crescimento econômico. As cidades se multiplicaram, as comunicações se estreitaram e a rede urbana brasileira, bastante débil na metade do século, incrementou-se fortemente na segunda metade do século XX.

A partir de análise da Figura 1, nota-se a alta densidade da malha hidro-rodoviária que articula as localidades urbanas na região, o que não deixa dúvidas sobre o nível de integração regional alcançado. Nas áreas ao norte do Cone Sul as BRs 163 e 463 ligam as cidades de Campo Grande e Dourados (MS) ao Paraguai, passando pela cidade fronteiriça de Pedro Juan Caballero. No Estado do Paraná a BR 277 é a principal rodovia de acesso ao Paraguai, até Foz do Iguaçu. Em Santa Catarina a BR 282, que cruza o estado de E/W, chega a fronteira na região de São Miguel do Oeste. No estado do Rio Grande do Sul são três as rodovias mais importantes, que fazem a ligação tanto com a Argentina quanto Uruguai: a BR 285 e a BR 290 que une Passo Fundo e Porto Alegre a Uruguaiana e a rodovia BR 116 que liga Porto Alegre a Pelotas, com conexões secundárias para Bagé e Santana do Livramento. Quanto as vias hidrográficas mais importantes destacam-se as ligações ao longo de alguns trechos do rio Tietê e do rio Paraná. Também é importante o papel representado pelas vias dos rios Paraguai e Uruguai.

Figura 1
Conexões geográficas principais da porção meridional da América do Sul: Redes hidrográficas, Redes Rodoviárias e Rede Urbana



2) Centralidades Territoriais em Expansão

As redes urbanas são o resultado da afirmação histórica dos lugares com funções diferenciadas e estratégicas nas economias nacionais. Não é por outra razão que Christaller já observava que as principais localidades “são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar”, na hinterlândia. “A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população (grifo nosso) externa atendida pela localidade central, e maior sua centralidade”. CORRÊA (1994:21).

Em MATOS (2002) foi apresentada uma proposta de rede de localidades urbanas centrais a partir do uso da variável população, indicando o formato, a localização e a configuração de espaços urbanos dotados de alta centralidade, articulados por rodovias, ferrovias e hidrovias⁷. A espacialização dos resultados permitiu a visualização de três subconjuntos notáveis, tendo em vista o grau de densificação e posição das principais cidades. A chamada “fração Centro-Sul” da rede, é constituída por amplas porções das Regiões Sudeste e Centro Oeste, e a integralidade do Sul. São espaços de alta centralidade configurando uma rede intrincada e densa, com múltiplas articulações viárias. Esse desenho só perde intensidade a partir de Brasília e Distrito Federal, em direção a Palmas e Araguaína, ou nas conexões de Minas Gerais com o sul/sudoeste da Bahia.

Ainda sobre o dinamismo das interconexões e funcionalidades que marcam a estruturação da rede de localidades urbanas centrais do Brasil, cabe destacar a relevância da migração interna como um importante mecanismo que participa da formação e expansão desses espaços, inclusive, vinculando-se aos novos processos de integração econômica nacional e internacional em áreas do Centro-Sul brasileiro.

3) Imigrantes internacionais no Centro-Sul brasileiro

Não obstante a importância da emigração de brasileiros nas últimas duas décadas do século XX, o país ainda recebe muitos migrantes internacionais. Se discriminadas as origens regionais dos imigrantes, referentes ao período 1991-2000, verifica-se que do total de 161.048 imigrantes procedentes das Américas, predominou o contingente de pessoas originárias dos países do Mercosul (53,62%), seguido por aqueles procedentes da América do Norte (27,92%) e do restante da América do Sul (18,45%).

Entre os imigrantes dos países do Mercosul é decisiva a participação dos originários do Paraguai, que representam cerca de 71% do total, proporção bastante superior aos 18% e 11% dos procedentes da Argentina e Uruguai, respectivamente. Não surpreende a constatação de que a maior parte desse fluxo migratório dirigiu-se à fração Centro-Sul do Brasil. Na verdade, 94,31% do total de imigrantes oriundos do Mercosul encontravam-se distribuídos entre os municípios do interior dessa fração⁸. Nas frações Norte e Nordeste é marcante a

⁷ Os nódulos da rede aproximam-se do conceito “cidade”, ou centro urbano, conforme definição legal do IBGE. Foram três os principais critérios adotados para a seleção dos pontos da rede: *i*) municípios integrantes das Regiões Metropolitanas oficiais em 1991 (cada região metropolitana comparece, na rede urbana, como um nódulo de primeira ordem); *ii*) município com população urbana superior a 100 mil habitantes (pontos da rede que se aproximam das chamadas Cidades Médias); *iii*) município cuja população urbana representasse mais de 3% da população urbana do respectivo estado.

⁸ Dos estados brasileiros que mais receberam emigrados dos países do Mercosul, os principais destaques podem ser elencados na seguinte ordem de importância: 1º nível (PR); 2º nível (RS e MS) e 3º nível (SP, SC, MT, RJ e MG).

presença de imigrantes provenientes do EUA e demais países da América do Sul⁹ (ver Figura 2).

Os fluxos migratórios do Paraguai, Uruguai e Argentina para o Brasil associam-se a fatores econômicos diversos, a exemplo de situações de aumento da pobreza em determinados países, expansão do dinamismo de economias sub-regionais do Centro Sul brasileiro, entre outros. Além desses fatores há também os laços históricos e a proximidade geográfica que unem as populações desses países. É nítida a concentração de migrantes nas áreas de fronteira com o Paraguai, Argentina e Uruguai, como indica a Figura 3, sobretudo na porção oeste do PR (no baixo curso do Paraná) e SC; no sul/sudoeste do MS (região do Pantanal); na fronteira sul do RS e no centro-sul do MT. Destacam-se também as áreas interioranas, onde se localizam alguns núcleos urbanos de maior importância, a exemplo da RMSP, o próprio interior paulista, Brasília e Rio de Janeiro, bem como, algumas localidades do litoral.

Há, contudo, diferenças na distribuição dos imigrantes procedentes de cada um desses países. Ao discriminar a procedência desses imigrantes, como exposto na Tabela 1, tem-se o seguinte quadro: 1) do total de imigrantes oriundos do Paraguai, predominaram os movimentos em direção ao PR (60,30%) e, em menor escala, para o MS (16,80%); 2) no caso dos procedentes da Argentina, o fluxo esteve direcionado principalmente para SP (24,80%), RS (18,20%) e PR (15,16%), além de SC e RJ (13,74% e 12,62% respectivamente); 3) os imigrantes vindos do Uruguai distribuem-se por áreas mais restritas ao RS e áreas da fronteira gaúcha (79%). Essa espacialidade diferenciada pode ser observada no conjunto de mapas da Figura 1. Para além das diferenças em termos numéricos, parece claro a existência de certos “padrões de localização” desses imigrantes no interior da fração Centro-Sul. No caso daqueles originários da Argentina, observa-se uma maior dispersão espacial. No entanto, algumas concentrações podem ser identificadas, tais como: a porção oeste do RS e a região de Porto Alegre, parte central e litoral de SC, a área da chamada ‘Tríplice Fronteira’, a RMSP e interior paulista, a RMRJ, Brasília, e alguns municípios no interior de MG e MS. Já os procedentes do Paraguai distribuem-se por uma extensa faixa territorial, indo desde o noroeste do RS até o interior do MT. Nessa sub-região, destaca-se, principalmente, a área de fronteira entre o Paraguai e o PR (sobretudo na região de Foz do Iguaçu), além do próprio interior desse estado (a exemplo do eixo Curitiba-Cascavel). Também merecem ser citadas as seguintes sub-regiões: o oeste e o litoral de SC, municípios da Grande São Paulo, o sudoeste do MS e o centro-sul do MT.

Além dessas diferenças na distribuição espacial dos imigrantes do Mercosul, a análise acerca da nacionalidade desses grupos pode oferecer elementos adicionais à compreensão dos mecanismos envolvidos nesses movimentos populacionais. Se de um lado a presença de naturais do próprio país de origem é predominante no conjunto total de imigrantes procedentes da Argentina e do Uruguai (49,24% e 54,17%, respectivamente), no caso do Paraguai esse quadro se inverte (ver Tabela 2).

⁹ Os migrantes provenientes dos EUA. boa parte deles fazendo migração de retorno, representa 8% do total de imigrantes oriundos da América do Norte, mostrou-se proporcionalmente mais relevante na fração Nordeste. Esses imigrantes são também numerosos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Em relação aos imigrantes procedentes dos demais países da América do Sul, chama a atenção o expressivo número de bolivianos, que se dirigiram principalmente para São Paulo, além de Rondônia e Mato Grosso do Sul. Em menores proporções, destacam-se os imigrantes procedentes do Peru, Chile, Venezuela e Equador. Mais residual ainda são os números relativos à migração dos procedentes da América Central e Caribe (3.403 pessoas).

Figura 2
Distribuição dos imigrantes residentes nas porções regionais conforme procedência –
Brasil 2000

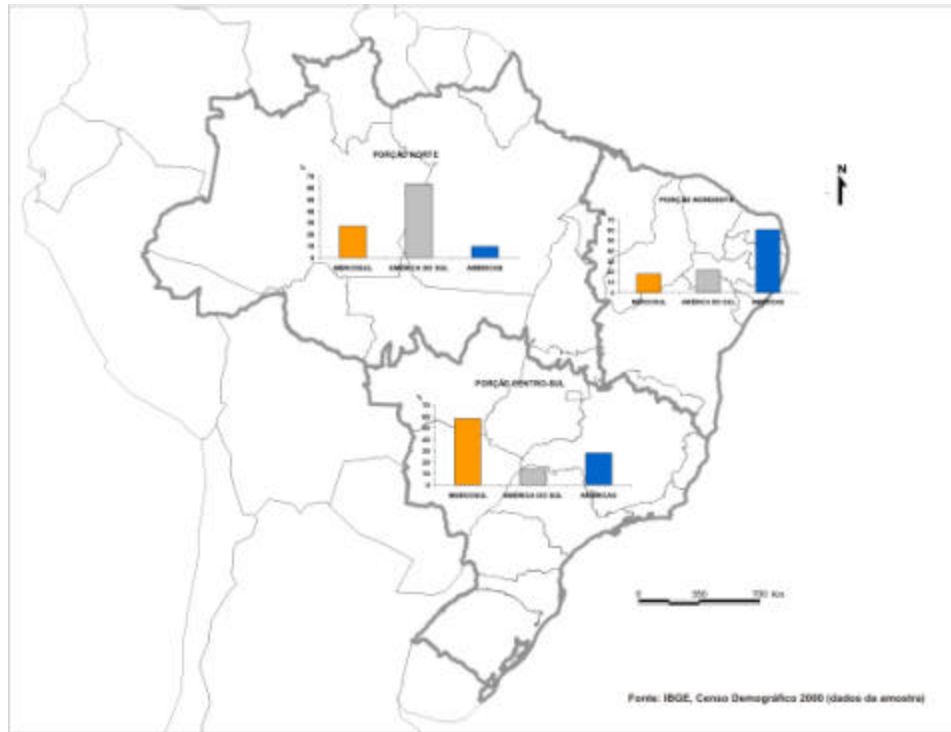
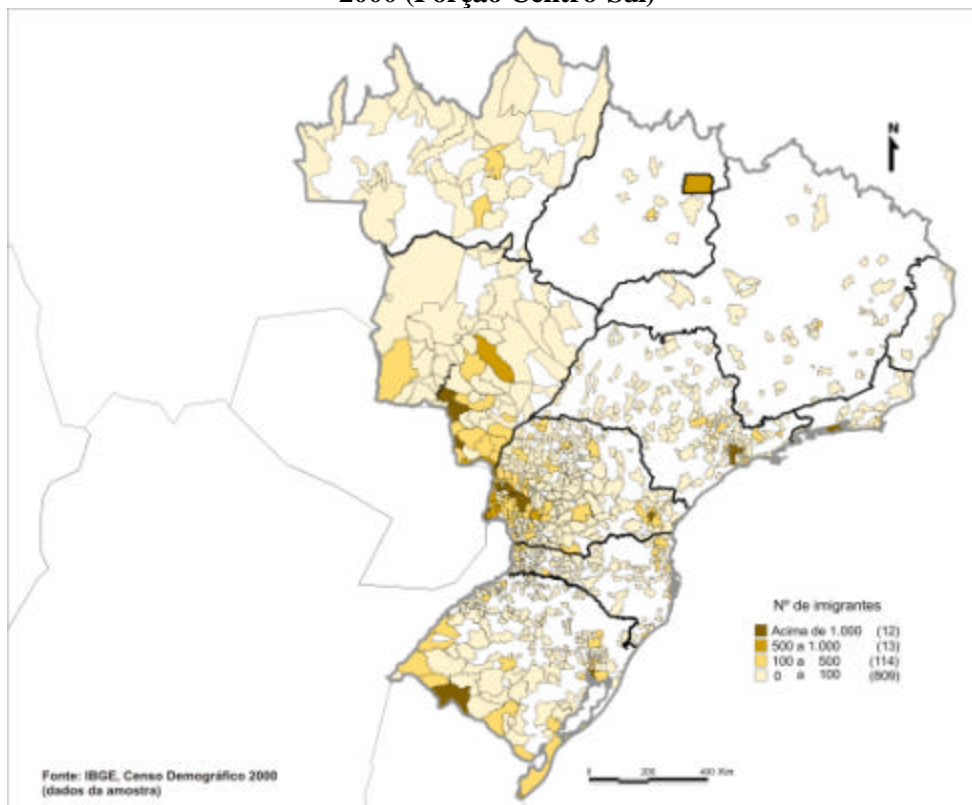


Figura 3
Principais municípios receptores de imigrantes procedentes do MERCOSUL - Brasil
2000 (Porção Centro-Sul)



Dos 61.357 imigrantes do Paraguai, 80% deles são brasileiros que retornaram na mesma década. Só para o estado do Paraná foram quase 40.000 o número de brasileiros de retorno (Tabela 2). Já os naturais do próprio Paraguai totalizam apenas 10.117 imigrantes, também se dirigindo predominantemente para o PR e MS¹⁰. O retorno, ao que tudo indica, associa-se às mudanças ocorridas no espaço rural sub-regional relacionadas ao desenvolvimento da fronteira agrícola e à consolidação da modernização no campo nos estados do Centro-Sul brasileiro¹¹.

Tabela 1
Número e percentual de imigrantes procedentes dos países do Mercosul, conforme
Unidade da Federação de residência - Brasil 2000

UF de residência	Siglas	Países de origem - Mercosul					
		Argentina		Paraguai		Uruguai	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rondônia	RO	11	0,07	655	1,07	0	0,00
Acre	AC	0	0,00	47	0,08	0	0,00
Amazonas	AM	62	0,40	6	0,01	62	0,64
Roraima	RR	0	0,00	44	0,07	0	0,00
Pará	PA	16	0,10	284	0,46	22	0,23
Amapá	AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Tocantins	TO	42	0,28	4	0,01	0	0,00
Maranhão	MA	50	0,32	0	0,00	0	0,00
Piauí	PI	20	0,13	47	0,08	9	0,09
Ceará	CE	212	1,38	21	0,03	0	0,00
Rio Grande do Norte	RN	38	0,25	26	0,04	9	0,09
Paraíba	PB	47	0,31	20	0,03	0	0,00
Pernambuco	PE	41	0,27	58	0,09	0	0,00
Alagoas	AL	124	0,81	41	0,07	0	0,00
Sergipe	SE	11	0,07	36	0,06	0	0,00
Bahia	BA	271	1,77	132	0,22	157	1,63
Minas Gerais	MG	652	4,25	410	0,67	79	0,82
Espírito Santo	ES	119	0,78	55	0,09	0	0,00
Rio de Janeiro	RJ	1.935	12,62	337	0,55	206	2,13
São Paulo	SP	3.806	24,82	2.942	4,80	552	5,71
Paraná	PR	2.324	15,16	36.999	60,30	164	1,70
Santa Catarina	SC	2.107	13,74	3.330	5,43	459	4,75
Rio Grande do Sul	RS	2.793	18,22	2.169	3,53	7.633	78,97
Mato Grosso do Sul	MS	157	1,03	10.352	16,87	19	0,20
Mato Grosso	MT	35	0,23	3.096	5,05	10	0,11
Goiás	GO	150	0,98	80	0,13	15	0,16
Distrito Federal	DF	310	2,02	165	0,27	269	2,79
TOTAL		15.334	100,00	61.357	100,00	9.666	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (resultados da amostra).

¹⁰ É importante destacar que os chamados imigrantes de passagem, naturais de outro país diferente daquele de origem (naturais) e do próprio Brasil (retornados), são pouco expressivos no conjunto de imigrantes oriundos do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Somados os imigrantes procedentes desses países chegam a 2.167 pessoas (cerca de 0,02% dos imigrantes do Mercosul)

¹¹ Sales (1996), em artigo sobre as migrações na fronteira do Brasil com o Mercosul, aponta alguns elementos explicativos para o elevado número de migrantes de retornados do Paraguai: a) seriam pioneiros da fronteira paraguaia que agora expulsos pela modernização do campo estariam novamente cruzando a fronteira e; b) das possibilidades de acesso à terra no Brasil, via reforma agrária, por conta da maior organização e capacidade de interlocução e pressão sobre o Estado por parte dos trabalhadores rurais.

No final da década de 1970, enquanto a forte entrada de capital no setor agropecuário resultou na expulsão de grandes contingentes de população rural no Brasil, no Paraguai consolidava-se um amplo programa de modernização econômica, com destaque para a produção de soja e algodão (Sales, 1996)¹². Em meados dos anos de 1980, esse movimento migratório de fronteira entre Brasil e Paraguai inverte sua direção, iniciando uma forte corrente de migração de retorno. De forma similar ao ocorrido no Brasil, esse processo se expressa pela exploração e expropriação de produtores rurais pobres, que têm sido os grandes protagonistas dessa itinerância (Sales, 1996).

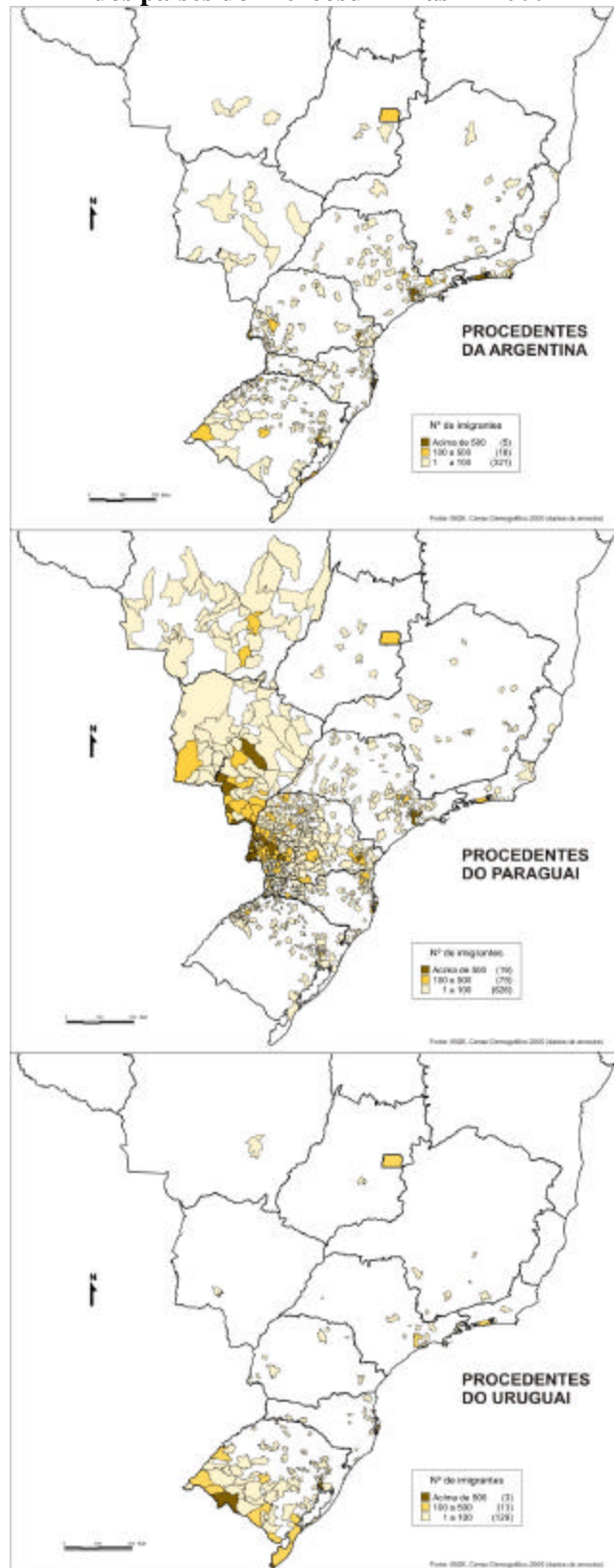
Tabela 2
Número de imigrantes, procedentes dos países do mercosul, conforme naturalidade, residentes nas Unidades da Federação - Brasil/2000

UF de residência	Procedência/Naturalidade					
	Argentina		Paraguai		Uruguai	
	Naturais	Brasileiros	Naturais	Brasileiros	Naturais	Brasileiros
Rondônia	11	0	85	557	0	0
Acre	0	0	0	47	0	0
Amazonas	44	18	0	6	8	53
Roraima	0	0	22	22	0	0
Pará	10	6	21	263	0	22
Tocantins	0	42	0	4	0	0
Maranhão	0	41	0	0	0	0
Piauí	0	20	11	35	0	9
Ceará	149	54	0	21	0	0
Rio Grande do Norte	26	12	4	22	0	0
Paraíba	10	37	0	20	0	0
Pernambuco	26	16	0	50	0	0
Alagoas	73	38	0	41	0	0
Sergipe	11	0	0	36	0	0
Bahia	174	98	8	77	96	61
Minas Gerais	264	312	93	317	13	55
Espírito Santo	71	48	6	43	0	0
Rio de Janeiro	1.193	635	116	189	133	42
São Paulo	1.928	1.520	885	1.913	332	206
Paraná	1.082	1.127	5.306	30.998	111	53
Santa Catarina	1.013	978	628	2.685	320	115
Rio Grande do Sul	1.180	1.519	386	1.773	4.194	3.339
Mato Grosso do Sul	58	99	2.154	8.152	0	19
Mato Grosso	24	8	359	2.732	10	0
Goiás	75	48	18	56	0	10
Distrito Federal	128	174	13	142	18	252
TOTAL	7.550	6.851	10.117	50.201	5.236	4.235

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 (resultados da amostra).

¹² De acordo com o Censo Demográfico paraguaio de 1992, havia um total de 112 mil brasileiros residentes no país. Já os movimentos sociais vinculados à Igreja estimavam um número de cerca de 500 mil imigrantes brasileiros, constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos (Sales, 1996).

Figura 4
Imigrantes residentes nos municípios do Centro-Sul brasileiro, conforme procedência dos países do Mercosul - Brasil - 2000



4) CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS RECEPTORES

Conforme visto anteriormente, ainda que os imigrantes oriundos do Mercosul estivessem distribuídos por quase toda a fração Centro-Sul do país, algumas áreas receptoras destacaram-se mais que outras. Avaliar algumas das características ocupacionais dos imigrantes nessas áreas contribui para a análise dos fatores relacionados: à trajetórias migratórias, posição geográfica de municípios; inserção no contexto econômico regional, etc. Tomando-se como critério de seleção o estoque de imigrantes superior a 500 indivíduos, foram identificados 25 municípios no interior da fração Centro-Sul (Figura 2). Desse grupo, 10 municípios pertencem a 'Rede urbana' aqui trabalhada, enquanto os demais fazem parte dos subespaços não pertencentes a essa rede de localidades centrais, aqui designados genericamente de 'Não-Rede'. Do grupo de municípios da Rede destacam-se: 1º) Foz do Iguaçu, Cascavel e Curitiba, localizados no PR e em São Paulo, todos apresentando mais de 1.000 imigrantes; 2º) Campo Grande (MS), Florianópolis (SC) e Ponta Porã (MS). Nos municípios da 'Não-Rede' com mais de 1.000 imigrantes, destacam-se: Santa na do Livramento (RS), Coronel Sapucaia (MS), Guaíra (PR), Toledo (PR) e Marechal Cândido Rondon (PR), nessa ordem.

Se observada a origem e o sexo dos imigrantes nesses municípios nota-se que, no caso dos naturais da Argentina, existe uma predominância de homens. As mulheres são maioria entre o grupo de brasileiros retornados. Quanto aos imigrantes oriundos do Paraguai ou do Uruguai há, de forma geral, uma maior igualdade numérica entre homens e mulheres, tanto no caso dos retornados brasileiros quanto no caso dos naturais desses dois países.¹³

Com relação às atividades de trabalho exercidas pelos imigrantes nos municípios selecionados, tomando-se como referência as categorias de ocupação definidas pelo próprio IBGE, percebe-se que, num quadro mais geral, os municípios da rede têm recebido um maior número de imigrantes ligados às atividades de comércio e serviços. Num segundo plano, compõem os imigrantes ligados à "produção de bens e serviços industriais" e às "ciências e artes". Todavia, como apresentado no Gráfico 4, nos espaços da Não-Rede, é clara a prevalência de trabalhadores ligados às "atividades de agropecuária, caça e pesca".

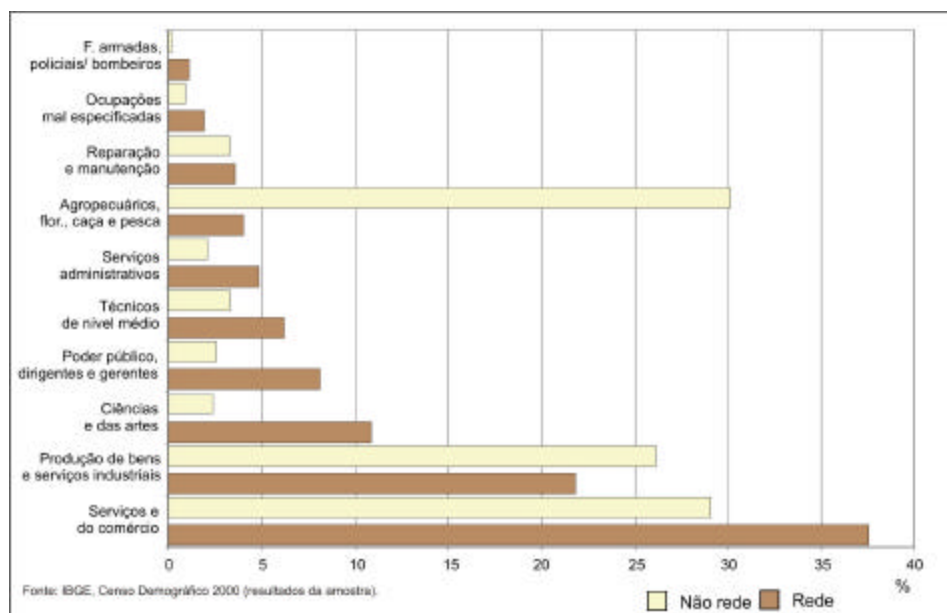
Quando observada a origem desses imigrantes, algumas especificidades podem ser identificadas. Nos municípios da Rede, os procedentes do Paraguai predominam nas ocupações voltadas às atividades de serviços e comércio, sobretudo no caso dos naturais do Brasil, como, por exemplo, os trabalhadores em serviços domésticos e ambulantes (ver Quadro 1). Certamente as sacoleiras e pessoas ligadas às atividades clandestinas ou semi-clandestinas fazem parte desse quadro, configurando laços entre localidades diversas como microvetores que atuam na dinamização de mercados locais.

Também chama atenção o número de trabalhadores lotados na "produção de bens e serviços industriais", principalmente no caso dos homens ligados à construção civil. Dos imigrantes que se dirigiram para os municípios da Não-Rede, prevalecem as funções relacionadas às agropecuária, seja como trabalhadores agrícolas ou como produtores diretos. Nesse mesmo grupo de imigrantes, as atividades de comércio e serviço são menos expressivas, sendo numericamente mais significativas no caso das mulheres. No entanto,

¹³ Entretanto, há que se mencionar algumas distinções importantes, a exemplo dos casos de Japorã, Cândido Rondon e Coronel Sapucaia. Em Japorã (MS), em relação ao grupo dos imigrantes naturais do Paraguai, há uma predominância de homens (176) sobre as mulheres (84), ao contrário do que acontece em Cândido Rondon, em que o estoque de mulheres (193) é superior ao dos homens (71). No que diz respeito a Coronel Sapucaia, a distinção está relacionada aos imigrantes brasileiros retornados, divididos em 703 homens e 564 mulheres.

apesar das distinções em relação aos residentes na Rede e Não-Rede, parece não haver grandes diferenças ocupacionais se comparados brasileiros e paraguaios.

Gráfico 4
Ocupação dos imigrantes procedentes do Mercosul, residentes nos principais municípios receptores, discriminados na Rede e Não-Rede do Centro-Sul brasileiro – 2000



Por outro lado, quando analisados os imigrantes procedentes da Argentina, as distinções no quadro de ocupações aparecem de forma mais evidente. Entre os naturais da Argentina residentes nos municípios da Rede destacam-se os profissionais ligados às “ciências e artes”, membros do poder público, dirigentes e gerentes (sobretudo os homens). No caso dos brasileiros retornados, residentes na Rede, são preponderante as atividades voltadas ao comércio e serviços (mulheres), e à produção de bens e serviços industriais (homens). Quanto aos imigrantes provenientes do Uruguai - entre os quais predominam os uruguaios - que se encaminharam preferencialmente para municípios da Não rede, há forte predominância das atividades de serviços e comércio (vendedores de lojas e mercados, serviços domésticos, por exemplo). Em menor expressão também podem ser mencionadas as ocupações voltadas à produção de bens e serviços industriais e a agropecuária (em ambos os casos há predominância de homens). As mulheres novamente ocupam as posições ligadas ao comércio e aos serviços.

Quadro 1
**Imigrantes procedentes de países do Mercosul residentes em municípios da Rede e Não-
 Rede do Centro-Sul segundo ocupações – Brasil 2000**

Procedência/ Naturalidade		Municípios selecionados da 'Rede'		Municípios selecionados da 'Não rede'	
Argentina	Naturais	1ª	Gerentes de áreas de apoio		Vendedores ambulantes
		2ª	Membros das forças armadas, policiais e bombeiros		Guardas e vigias
		3ª	Gerentes de produção e operações	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	
		4ª	Professores da educação geral do ensino médio	Ministros de cultos religiosos, missionários e afins	
		5ª	Escriturários, agentes e auxiliares administrativos	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	
	Brasileiros	1ª	Gerentes de áreas de apoio	Instrutores e professores de escolas livres	
		2ª	Vendedores ambulantes	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	
		3ª	Escriturários, agentes e auxiliares administrativos	XXX	
		4ª	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	XXX	
		5ª	Médicos	XXX	
Paraguai	Naturais	1ª	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	Trabalhadores agrícolas	
		2ª	Operadores de máquinas de costura de roupas	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	
		3ª	Gerentes de produção e operações	Produtores agrícolas	
		4ª	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	
		5ª	Vendedores ambulantes	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	
	Brasileiros	1ª	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	Trabalhadores agrícolas	
		2ª	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	
		3ª	Vendedores ambulantes	Produtores agrícolas	
		4ª	Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	
		5ª	Ajudantes de obras civis	Trabalhadores na pecuária	
Uruguai	Naturais	1ª	Gerentes de áreas de apoio	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	
		2ª	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	Trabalhadores dos serviços doméstico em geral	
		3ª	Professores da educação geral do ensino médio	Gerentes de produção e operações	
		4ª	Desenhistas industriais, escultores, pintores e afins	Trabalhadores de estruturas de alvenaria	
		5ª	Gerentes de produção e operações	Mecânicos de manutenção de veículos automotores	
	Brasileiros	1ª	Guardas e vigias	Garçons, barmen e copeiros	
		2ª	Condutores e operadores polivalentes	Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	
		3ª	Gerentes de áreas de apoio	Guardas e vigias	
		4ª	Veterinários	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	
		5ª	Engenheiros civis e afins	Receptionistas	

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antigas e novas territorialidades parecem se afirmar no Brasil meridional, favorecendo o dinamismo de determinadas localidades em todo o Cone Sul. Além das interconexões econômicas e políticas, já historicamente consolidadas, expressivos movimentos populacionais têm contribuído para uma nova etapa de estruturação da rede urbana regional, intensificando, inclusive, as relações do Brasil com os países vizinhos, notadamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, Relações que podem ser evidenciadas na participação dos imigrantes procedentes desses países no balanço migratório da região, que supera numericamente aqueles oriundos das demais regiões das Américas.

No caso dos emigrantes do Paraguai há peculiaridades identificadas nos diversos pontos da Rede e nos demais subespaços regionais. Estados como o Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, sobretudo nas áreas de fronteira, têm se destacado como destinos preferenciais dessas populações. Em sua maioria, são brasileiros fazendo migração de retorno, enquanto entre os imigrantes procedentes da Argentina e do Uruguai ocorre a predominância dos naturais desses países. Outro aspecto relevante diz respeito à distribuição espacial dos migrantes. Se por um lado, os procedentes do Paraguai e do Uruguai apresentam-se mais concentrados em determinadas faixas territoriais, os originários da Argentina estão bem mais dispersos espacialmente.

As características de ocupação desses grupos associam-se à própria origem e destino dos fluxos migratórios, o que reflete diretamente as funções e os níveis de inserção econômico-regional. Nesse sentido, cabe destacar o expressivo número de migrantes ligados às atividades de serviços e comércio e, em menor número, à produção de bens e serviços

industriais. Por outro lado, também não é desprezível o número de procedentes do Paraguai, vinculados às atividades agropecuárias, dadas as condições das economias agrícolas locais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo R. A evolução do Mercosul. (Artigo publicado na Revista Impulso, Piracicaba: UNIMEP em 2002. Disponível no site www.pralmeida.org. Acesso em 29/06/2004)

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática. 1989.

ARROYO, Mônica. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In SANTOS, M. e SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. L. Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur. 2º Ed. 1996. p. 308-315.

BERNARDES, Adriana. América Latina: Globalização e Integração Regional, o Mercosul e o novo recorte territorial. Revista do Departamento de Geografia. nº 11, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede Urbana. São Paulo: Ática, 1994.

MATOS, Ralfo. Fixes and Flows: Migration in Contemporary Brazil. In: 98th Annual Meeting, 2002, Los Angeles. The Association of American Geographers, 2002, V.1. p.1-410.

SALES, Tereza. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas, 13 (1), 1996.

REICHEL, H. e J. GUTFREIND, I. As raízes históricas do Mercosul: A região platina colonial. São Leopoldo: Unisinos. 1996.